

## Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Gama Saúde Ltda., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### Apresentação

Com mais de 25 anos de atuação no mercado, a Gama Saúde Ltda. é uma operadora de planos médico-assistenciais, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nº 40.701-1, especializada na administração de planos de saúde por pós pagamento (custo operacional) e no aluguel de rede nacional para operadoras comerciais de mercado (Seguradoras e Medicinas de Grupo), ou ainda para Autogestões públicas e privadas, atuando também na gestão da rede credenciada de terceiros, realizando tarefas em gestão administrativa e de controle de riscos em assistência à saúde.

Um dos grandes diferenciais da Gama Saúde é a excelência no uso de tecnologia de ponta com alta que permite a flexibilização.

### Política de Destinação dos Lucros

A Empresa, de acordo com as disposições estatutárias, estabeleceu que do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a Provisão para o Imposto sobre a Renda e os Prejuízos Acumulados. A Administração por deliberação dos sócios, decidiu-se que o lucro líquido poderá ser:

- Distribuído aos sócios, sendo admitida a distribuição desproporcional de lucros; ou
- Retido, total ou parcial, em conta de lucros suspenso ou de reservas, ou capitalizado.

### Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na “Performance” da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Nosso resultado econômico-financeiro está melhor em relação ao Budget, onde gerida e empenhada a Empresa não tivemos problemas de recebimentos e ainda conseguimos reduzir os custos.

### Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte.

A Empresa, em linha com a expectativa de uma melhora no cenário macroeconômico, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços para ser uma empresa reconhecida por garantir serviços de qualidade, acolhimento e sustentabilidade na saúde privada.

### Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

A Empresa pela reestruturação e situação macroeconômica ficou inviabilizada de promover investimentos inclusive em programas voltados a promoção e prevenção de saúde.

## **Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento**

A Empresa afirma que ao final do ano de 2021, detinha disponível, a capacidade financeira de assumir seus compromissos, e a mesma não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações junto a agência reguladora.

Dessa forma, como os clientes utilizaram mais seus planos de saúde nesse período de pandemia de Covid-19, as operações da Empresa foram impactadas positivamente ao longo de 2021. Destaca-se ainda que o modelo de pós pagamento não sofre reajuste anual porque o impacto é calculado com relação as renegociações das tabelas de prestadores; logo, a grande variação foi em função da alta demanda, pois, não incorremos em impactos quanto a suspensão de reajuste determinado pela ANS em 21 de agosto de 2020, haja vista que tal medida foi válida para os contratos de planos privados de assistência à saúde médico-hospitalar na modalidade de pré-pagamento, ou seja, não houve afastamento de reajuste e nem impacto negativo em nossa Demonstração de Resultado

## **Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício**

Em 31 de agosto de 2021, foi efetuado alteração do Contrato Social 62ºACS devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 17.169/22-7 em sessão de 7 de janeiro de 2022, devido ao prazo legal para algum credor se manifestar ao contrário, através das quais, deliberou-se a redução do capital social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Sociedade, no valor de R\$ 15.000, mediante o cancelamento de 1.500.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, reduzindo, portanto, o capital social de R\$ 68.873 para R\$ 53.873.

Em decorrência de referida redução, a alteração do Capital Social, passando a ser detido pelas Sócias da seguinte forma: R\$ 53.873, dividido em 5.387.297.424 quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.; e R\$ 0,01, dividido em 01 quota, com valor nominal de R\$ 0,01 pela Qualicorp Administração e Serviços Ltda.

## **Informações Complementares**

Os demais itens previstos pela RN nº 435 de 2018, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em *conformidade* com as normas das ANS.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores e Conselho de Administração da  
**Gama Saúde Ltda.**  
São Paulo -SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Gama Saúde Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes a ausência de reconhecimento de despesa com encargos sociais descritos na nota 2.III, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de março de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.III que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2020.

Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Empresa referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguaração sobre as demonstrações contábeis de 2020 tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Anderson P. Constantino  
Contador CRC-1SP190451/O-5

GAMA SAÚDE LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E 1o DE JANEIRO DE 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	12/31/2021	12/31/2020	1/1/2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>62,469</b>	<b>53,698</b>	<b>64,358</b>
Disponível	7	23,142	25,979	1,737
<b>Realizável</b>		<b>39,327</b>	<b>27,719</b>	<b>62,621</b>
Aplicações Financeiras	8	11,863	9,690	24,755
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		11,863	9,690	24,755
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	16,713	12,257	29,573
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	9	11,313	10,519	8,325
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	9	5,400	1,738	21,248
Créditos Tributários e Previdenciários	10	3,410	2,648	4,017
Bens e Títulos a Receber	11	5,905	3,122	4,214
Despesas Antecipadas		1,436	2	62
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>26,533</b>	<b>28,877</b>	<b>31,836</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>25,824</b>	<b>27,898</b>	<b>29,932</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	10	24,793	27,455	29,181
Depósitos Judiciais e Fiscais		631	443	751
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		400	-	-
<b>Imobilizado</b>		<b>582</b>	<b>775</b>	<b>1,536</b>
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		582	775	991
Outras Imobilizações		-	-	545
<b>Intangível</b>		<b>127</b>	<b>204</b>	<b>368</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>89,002</b>	<b>82,575</b>	<b>96,194</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	12/31/2021	12/31/2020	1/1/2020
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>19,431</b>	<b>16,075</b>	<b>25,532</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	10,133	8,697	17,535
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serv.Assistenciais	13	10,127	8,672	17,451
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	13	6	25	84
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		492	422	708
Débitos Diversos	14	8,806	6,956	7,289
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1,648</b>	<b>4,679</b>	<b>2,254</b>
Provisões		1,248	4,679	2,254
Provisões para Ações Judiciais	15	1,248	4,679	2,254
Débitos Diversos	14	400	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>67,923</b>	<b>61,821</b>	<b>68,408</b>
Capital Social	16	68,873	68,873	68,873
Reservas de Lucros		-	-	938
Prejuízos Acumulados		(950)	(7,052)	(1,403)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>89,002</b>	<b>82,575</b>	<b>96,194</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	12/31/2021	12/31/2020
<b>Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>134,666</b>	<b>115,538</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	17	135,615	116,615
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	17	135,615	116,615
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(949)	(1,077)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	18	(120,991)	(100,892)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	18	(120,991)	(100,892)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>13,675</b>	<b>14,646</b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		1,694	-
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		245	1,023
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		1,611	876
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		162	309
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	1,449	567
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(78)	(404)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>17,147</b>	<b>16,141</b>
Despesas Administrativas	19	(11,713)	(24,245)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>20</b>	<b>988</b>	<b>1,626</b>
Receitas Financeiras	20	1,632	2,062
Despesas Financeiras	20	(644)	(436)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>21</b>	<b>6,422</b>	<b>(6,478)</b>
Imposto de Renda	21	(159)	38
Contribuição Social	21	(76)	14
Participações sobre o Lucro		(85)	(161)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>6,102</b>	<b>(6,587)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	12/31/2021	12/31/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6,102	(6,587)
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>6,102</b>	<b>(6,587)</b>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.*

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código E7CD-A17A-4E7B-967D.



GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Intergralizado	Reserva legal	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (ANTERIORMENTE APRESENTADO)</b>		<b>68,873</b>	<b>938</b>	<b>(795)</b>	<b>69,016</b>
Ajustes de exercícios anteriores - provisão de férias	2 III			(608)	(608)
<b>SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2020 (REAPRESENTADO)</b>		<b>68,873</b>	<b>938</b>	<b>(1,403)</b>	<b>68,408</b>
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(6,587)	(6,587)
Absorção de reserva legal		-	(938)	938	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (REAPRESENTADO)</b>	<b>16</b>	<b>68,873</b>	<b>-</b>	<b>(7,052)</b>	<b>61,821</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	6,102	6,102
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>16</b>	<b>68,873</b>	<b>-</b>	<b>(950)</b>	<b>67,923</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	12/31/2021	12/31/2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
(+) Recebimentos de planos de saúde		142,458	137,001
(+) Resgate de aplicações financeiras		-	17,000
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		789	618
(+) Outros Recebimentos Operacionais		769	13,123
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(117,734)	(110,060)
(-) Pagamentos de Pessoal		(6,893)	(7,285)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(15,894)	(9,494)
(-) Pagamentos de Tributos		(1,039)	(2,342)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		-	(5)
(-) Pagamentos de Aluguel		(240)	(495)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(32)	-
(-) Aplicações Financeiras		(1,776)	(1,500)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(3,164)	(12,319)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(2,757)</b>	<b>24,242</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS		(38)	-
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(43)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(81)</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>		<b>(2,838)</b>	<b>24,242</b>
Caixa - saldo inicial		25,979	1,737
Caixa - saldo final		23,142	25,979
Ativos livres no início do ano (*)		25,979	1,737
Ativos livres no fim do ano (*)		23,142	25,979
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>		<b>(2,838)</b>	<b>24,242</b>

(\*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código E7CD-A17A-4E7B-967D.

## GAMA SAÚDE LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 1 Contexto Operacional

A Gama Saúde Ltda. (“Gama Saúde” ou “Empresa”), com sede em Barueri, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Grupo Qualicorp”), presta serviços de administração de planos de saúde para empresas, entidades governamentais, seguradoras e operadoras de assistência à saúde, inclusive autogestões, atendendo clientes corporativos e governamentais e com membros em todas as regiões do Brasil. A Gama Saúde oferece aos seus clientes: (a) acesso às suas redes credenciadas de prestadores de serviços; (b) serviços terceirizados de suporte para a assistência à saúde; e (c) serviços de administração de cuidados especializados. Com isso, a Gama Saúde objetiva que seus clientes administrem seus custos com planos de saúde pós pagos, eliminando despesas fixas e reduzindo investimentos.

As operações da Empresa são conduzidas por meio de processos integrados no mercado de benefícios utilizando-se da mesma estrutura operacional do Grupo Qualicorp, do qual faz parte. As sinergias dos serviços prestados em conjunto pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos individualmente pelas empresas conforme sua ocorrência.

### 2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### I. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 435.

Através da RN 435 de 23 de novembro de 2018, a ANS havia sustentado a posição de não adotar os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e também de não adotar o Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos e ICPC22, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

Adicionalmente, através da RN 472 de 29 de setembro de 2021, a ANS aprovou a adoção do Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018 e também o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019 para serem adotados a partir de 1º de janeiro de 2022.

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018, devem ser adotados a partir de 1º de janeiro de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, Pronunciamentos Técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

## II. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

## III. Reapresentação por ajustes

### Ausência de reconhecimento contábil de despesa com encargos sociais.

Em 2021 a Empresa identificou ausência de reconhecimento de despesa com encargos sociais que deveriam estar registradas até o final do exercício de 2018. Em virtude desta ação, houve reconhecimento de ajuste em períodos anteriores conforme segue:

Balanco Patrimonial	01/01/2020	Ajuste	01/01/2020 (reapresentado)
Débitos Diversos	6.681	608	7.289
Patrimônio Líquido	69.016	(608)	68.408

Balanco Patrimonial	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020 (reapresentado)
Débitos Diversos	6.348	608	6.956
Patrimônio Líquido	62.429	(608)	61.821

## 3 Principais práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

### Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

### i) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 45 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

#### Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

A Empresa não possui passivos classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

#### Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

#### ii) Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

iii) Aplicações financeiras

Inclui fundos de investimento dedicados à ANS como ativo garantidor.

iv) Créditos de operações com planos de assistência à saúde – contraprestação pecuniária/ prêmio a receber e provisão para perda sobre créditos.

Refere-se aos recursos financeiros a ingressar pela contraprestação/prêmios de serviços de assistência médico-hospitalar com plano de assistência médico-hospitalar da operadora, com preço pós-estabelecido.

A Empresa realiza cobrança de taxa pela administração dos seus planos, podendo ser fixa por beneficiário ou percentual sobre a utilização.

Conforme norma básica vigente, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada para perdas.

v) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais.

vi) Intangível

Está representado principalmente por custos de licenças de software.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros.

vii) Redução ao valor recuperável do ativo (Impairment)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado

viii) Provisões técnicas

A provisão técnica é constituída pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos relatando a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras.

ix) Apuração do resultado

- a) A receita decorrente dos prêmios ganhos é reconhecida, considerando-se o período de cobertura do risco, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, quando a receita pode ser mensurada com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de planos médico-hospitalares.
- b) A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos. Caso a data em que ocorra o fato gerador da despesa seja diferente da data em que ocorrer o atendimento aos beneficiários dos planos de assistência à saúde (eventos ocorridos e não avisados), são passíveis de reconhecimento por meio de constituição de provisão técnica específica.
- c) O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

x) Regime de Tributação

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, quando há lucro tributável.

xi) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável em relação a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Adicionalmente, as provisões cíveis também são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

xii) Repasses e reembolsos de despesas de gestão de assistência à saúde

Repasses e reembolsos de despesas de gestão dos planos são decorrentes da intermediação de repasses de recursos recebidos dos clientes e pagamentos aos médicos e hospitais da rede credenciada.

Repasses a receber e reembolsos a pagar são reconhecidos pelo regime de competência em contrapartida do resultado. A classificação contábil dos repasses e reembolsos de gestão dos planos de forma bruta ou líquida na demonstração do resultado depende dos riscos assumidos nessas transações, entre outros, riscos de crédito, de perdas, do não cumprimento com normas e legislações vigentes e da não aceitação dos serviços prestados.

Caso uma empresa assuma esses riscos, mesmo que parcialmente, a apresentação dos repasses e dos respectivos reembolsos de gestão dos planos na demonstração do resultado deve ser feita de forma absoluta, uma vez que essa empresa atua em situação de risco que transcende a posição de um simples agenciador entre os seus clientes e os médicos da rede credenciada.

Entre os fatores de risco que determinaram a necessidade da Empresa de apresentar, de forma absoluta os montantes dos repasses e reembolso de despesas dos planos de assistência médica, compreende-se:

- a) A regulamentação da ANS, que entre outros, ao tratar do repasse, dispõe que se trata de formação de preço do plano de saúde sob o regime de preço pós-estabelecido;
- b) Ser a Empresa legalmente solidária, pela prestação de serviços da rede referenciada;
- c) Ser o custo de repasse absoluto critério de contratação ou não da Empresa;
- d) A Empresa não ser uma mera agenciadora;
- e) O cliente corporativo da empresa não mantém qualquer relação jurídica com a rede credenciada;
- f) A Empresa é quem está obrigada ao cumprimento de todo o marco regulatório.

#### 4 Principais Estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Entidade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teríamos um acréscimo ou redução na contingência no valor de R\$12.

#### 5 Instrumentos Financeiros



a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis (reapresentado)	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros:</b>				
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	-	22.317	-	25.683
Aplicações financeiras	-	11.863	-	9.690
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	16.713	-	12.257	-
Bens e títulos a receber	5.905	-	3.122	-
<b>Passivos financeiros:</b>				
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	10.133	-	8.697	-
Débitos diversos	8.806	-	6.956	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua.
- Nível 2 – Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento.
- Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

	31/12/2021	31/12/2020
	Nível 1	Nível 1
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>		
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	22.317	25.683
Aplicações financeiras	11.863	9.690

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

## Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Empresa não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas exposições ou para especulação.

### b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa atua em atividades de operação de planos médico – hospitalar, sendo o risco limitado à frequência dos serviços que realiza, e sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que asseguram que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

## Risco de crédito

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contraprestação pecuniária/prêmios a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos atuando apenas no modelo pós pagamento.

A metodologia de apuração da provisão para perda sobre créditos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3 iv.

## Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

A Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. Os ativos financeiros atrelados que sofrem atualizações por taxa de juros atrelado ao CDI estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Ativo circulante	7	22.317	25.683
Aplicações financeiras	Ativo circulante	8	11.863	9.690
<b>Total</b>			<b>34.180</b>	<b>35.373</b>

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

## Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menores riscos, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida

apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "A-" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

Em 31 de dezembro de 2021, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$142 (R\$69 em 2020).

#### Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

#### Capital Base

Antigo Patrimônio Mínimo Ajustado regido pela RN 209 até fevereiro de 2020, agora tratado como Capital Base, regulamentado pela RN 451 a partir de março de 2020, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização das mesmas.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo seguimento da mesma.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital base calculado é de R\$9.727. (R\$ 8.977 em 2020), estando em conformidade com a norma.

#### Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 451 de março de 2020.

Conforme exposto no art.10 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório;
- ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e a margem de solvência;
- iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2021 o PLA calculado é de R\$ 66.360 (R\$ 61.615 em 2020, reapresentado), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

#### Margem de solvência

A RN nº 451 de março de 2020, dispõem sobre os critérios de operação para as Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde ("OPS") que estabelece:

Margem de solvência (MS) corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no artigo 6º, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 meses: de 100% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço pós-estabelecido; e
- 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 meses da soma de: 100% dos eventos/sinistros na modalidade de preço preestabelecido e de 50% dos eventos/sinistros na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme disposto no Anexo V da RN nº 451/2020, as parcelas mínimas a serem observadas pela Empresa estão apresentadas conforme abaixo:

- Em março de 2020: 79,745% do valor da MS;
- Entre abril de 2020 e dezembro de 2022: proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da MS, em adição ao estabelecido no item I acima;
- A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Empresa estava em conformidade com o requerido pela referida Resolução vigente.

#### Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Menos de um ano R\$	
	31/12/2021	31/12/2020 (reapresentado)
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10.133	8.697
Débitos diversos	8.806	6.956
<b>Total</b>	<b>18.939</b>	<b>15.653</b>

## 6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47 e CPC 48) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 (R2)), mas não foram adotadas, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração – Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2023 conforme RN 472/21.**

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- b) Com relação ao novo modelo de *impairment*, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de “perdas incorridas” e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito esperadas”, no mesmo momento do registro do respectivo faturamento.

A administração entende que não terá impactos significativos com adoção desta interpretação nesta avaliação dessas demonstrações financeiras.

**ii) CPC 47 – Receitas de contratos com clientes – Mensuração e Reconhecimento – Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2022 conforme RN 472/21.**

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 – “Contratos de Construção” e CPC 30 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A Empresa entende que não haverá impactos significativos para adoção dessa norma.

**iii) CPC 06-R2 - Operações de Arrendamento Mercantil – Mensuração e Reconhecimento – Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2022 conforme RN 472/21.**

Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Na avaliação realizada, os impactos da adoção desta norma estão destacados a seguir:

- **Passivo de Arrendamento** – Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que forneça uma realidade econômica para o contrato.
- **Ativo Imobilizado** – As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato.
- **Patrimônio líquido** – Os montantes reconhecidos em decorrência das normas pré CPC 06-(R2) devem ser baixados e reconhecidos no PL, assim como os resultados atribuídos as novas formas de contabilização.
- **Despesa Financeira** – Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.
- **Resultado Líquido** – As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o CPC 06 (R2), mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

O impacto dessa norma em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão demonstrados como segue:

Balanço Patrimonial	2021	2020
Créditos tributários e previdenciários	12	88
Imobilizado	357	531
<b>Ativo</b>	<b>369</b>	<b>619</b>
Débitos diversos	-	(1.514)

Empréstimos e financiamentos (circulante)	139	173
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	319	438
Provisões para Tributos Diferidos	7	-
Patrimônio líquido	(96)	1.522
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>369</b>	<b>619</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas administrativas	20	201
Resultado Financeiro	(40)	(25)
Impostos diferidos	(82)	(60)
<b>Lucro líquido</b>	<b>(102)</b>	<b>116</b>

#### iv) CPC 50 - Contratos de Seguro (emitido e ainda não vigente)

- CPC 50 – Contratos de Seguros (IFRS 17) – Este pronunciamento virá substituir a norma vigente sobre Contratos de Seguros (CPC 11), cujo objetivo é assegurar que uma entidade represente a essência desses contratos de forma fidedigna. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. A adoção está prevista para 1 de janeiro de 2023. A Empresa está acompanhando as tratativas e realizará estudo para avaliar potenciais impactos pela adoção desta norma

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa.

## 7 Disponível

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (*)	22.317	25.683
Bancos conta depósito - movimento – país	825	296
<b>Total</b>	<b>23.142</b>	<b>25.979</b>

(\*) Esses instrumentos financeiros são atualizados à taxa de 88,5% a 101,5% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, possuindo liquidez imediata e podendo ser resgatados antecipadamente, independentemente de seus vencimentos.

## 8 Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de investimento ANS (*)	11.863	9.690
<b>Total</b>	<b>11.863</b>	<b>9.690</b>

(\*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

## 9 Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	11.313	10.519
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	5.400	1.738
<b>Total</b>	<b>16.713</b>	<b>12.257</b>

O resumo por idade da contraprestação pecuniária/prêmio a receber é o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	6.284	3.219
Até 30 dias	8.889	7.494
De 31 a 60 dias	603	665
Acima de 60 dias	937	879
<b>Total</b>	<b>16.713</b>	<b>12.257</b>

A seguir a movimentação das perdas sobre créditos no resultado da empresa:

	31/12/2021	31/12/2020
Constituições Líquidas	(247)	(3.085)
Recuperação de perdas	1.696	3.652
<b>Perdas com créditos incobráveis</b>	<b>1.449</b>	<b>567</b>

### 10 Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo circulante</b>		
IRPJ a compensar	3.283	2.258
CSLL a compensar	88	330
PIS / COFINS a compensar	23	44
INSS a compensar	9	9
Outros impostos a compensar	7	7
<b>Total do circulante</b>	<b>3.410</b>	<b>2.648</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
PIS / COFINS a compensar	10.400	10.877
INSS a compensar	6.685	6.685
IRPJ a compensar	5.694	8.025
CSLL a compensar	2.014	1.868
<b>Total do não circulante</b>	<b>24.792</b>	<b>27.455</b>
<b>Total geral</b>	<b>28.203</b>	<b>30.103</b>

## 11 Bens e Títulos à Receber

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outros Créditos ou Bens a Receber (a)	5.663	3.033
Adiantamentos a funcionários	126	27
Valores a receber	116	62
<b>Total</b>	<b>5.905</b>	<b>3.122</b>

Refere-se a saldos de beneficiários demitidos e aposentados de clientes que optaram pela continuidade do Plano de Saúde, assumindo o pagamento da mensalidade. A Resolução Normativa nº 279, assegura aos demitidos e aposentados a manutenção do plano de saúde empresarial com cobertura idêntica à vigente durante o contrato de trabalho, bem como a aporte de clientes, que através de decisão judicial, deverão custear as despesas médicas de alguns de seus funcionários por tempo vitalício. De forma a atender essa decisão judicial o cliente aporta dinheiro para Empresa e a mesma é responsável por pagar à Rede Credenciada.

## 12 Partes Relacionadas

- a) Saldos e transações com empresas ligadas:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Ativo		Passivo	
Operações <i>Intecompany</i> (i)	116	62	(85)	(59)

	31/12/2021		
	Gama	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed
Serviços corporativos e rateios (ii)	(13)	779	(766)
Assistência médica (iii)	30	(30)	-

  

	31/12/2020		
	Gama	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed
Serviços corporativos e rateios (ii)	388	754	(1.142)



Assistência médica (iii)	73	(73)	-
--------------------------	----	------	---

- i) Trata-se de valores alocados no grupo de bens e títulos a receber ou débitos diversos relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.
  - ii) Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Empresa (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação) com valores alocados nas despesas administrativas, cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.
  - iii) O plano de saúde dos colaboradores do Grupo Qualicorp, cujos custos incorridos são cobrados, rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.
- b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração a administradores (*)	91	1.404	79	1.945

(\*) A redução com a despesa com remuneração em 2021 que é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais é substancialmente pela redução por reestruturação no corpo diretivo na Empresa.

### 13 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde e Ativos Garantidores

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores	10.127	8.672
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	6	25
<b>Total</b>	<b>10.133</b>	<b>8.697</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Empresa possuía ativos garantidores suficientes para cobertura das provisões técnicas, conforme requerimentos normativos. Abaixo demonstramos a reconciliação para apuração da provisão técnica para abertura:

Vencimentos	31/12/2021	31/12/2020
Inferiores a 60 dias	9.211	7.950
Superiores a 60 dias	916	747
<b>Total</b>	<b>10.127</b>	<b>8.697</b>
Provisões técnicas para cobertura (*)	916	747
Ativos Garantidores (vide nota explicativa nº8)	11.863	9.690

(\*) As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da resolução normativa-RN nº 392/2015 alterada pela RN nº 419/2016 (ANS, 2016), que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras.

## 14 Débitos Diversos

<b>Circulante:</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020 (reapresentado)</b>
Back office beneficiários de clientes (a)	3.166	1.998
Adiantamento de clientes (Demapo – Demitidos e aposentados) (b)	1.257	1.206
Adiantamento de clientes	726	210
Obrigações com pessoal	529	920
Fornecedores Diversos	92	144
Outros	3.036	2.478
<b>Total circulante</b>	<b>8.806</b>	<b>6.956</b>
<b>Não Circulante:</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Obrigações com pessoal	400	-
<b>Total não circulante</b>	<b>400</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>	<b>9.206</b>	<b>6.956</b>

- a) Refere-se a prestação de serviços tais como aluguel de rede médica e benefícios de medicamento para beneficiários de clientes.
- b) Refere-se a saldos de beneficiários demitidos e aposentados de clientes que optaram pela continuidade do Plano de Saúde, assumindo o pagamento da mensalidade. A Resolução Normativa nº 279, assegura aos demitidos e aposentados a manutenção do plano de saúde empresarial com cobertura idêntica à vigente durante o contrato de trabalho.

## 15 Provisões para Ações Judiciais

As movimentações nas provisões para riscos foram as seguintes:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Cíveis (a)	988	1.137
Trabalhistas e previdenciárias (b)	260	3.526
Regulatória/ANS (c)	-	16
<b>Total</b>	<b>1.248</b>	<b>4.679</b>

	<b>31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>31/12/2021</b>
Cíveis (a)	1.334	2.347	(2.544)	1.137	137	(286)	988
Trabalhistas e previdenciárias (b)	792	2.872	(138)	3.526	104	(3.370)	260

Regulatório - ANS (c)	128	-	(112)	16	-	(16)	-
<b>Total</b>	<b>2.254</b>	<b>5.219</b>	<b>(2.794)</b>	<b>4.679</b>	<b>241</b>	<b>(3.672)</b>	<b>1.248</b>

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2021:

- a) A Empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$988 (R\$ 1.137 em 2020), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. E avaliados como possível o desembolso de caixa, R\$189 (R\$224 em 2020) para os quais não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material. A redução em 2021 dos itens classificados como possível o desembolso de caixa está atrelado ao encerramento de processos relevantes ao longo do ano.
- b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. Além das reclamações trabalhistas, em 2020, constituímos provisão para divergências de recolhimentos de valores relativos a INSS e FGTS, cujo recolhimento espontâneo ocorreu em 2021. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$260 (R\$3.526 em 2020). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$559 (R\$425 em 2020), não foram constituídas provisões. A variação dessas provisões em relação ao ano anterior refere-se, substancialmente, ao recolhimento de INSS e FGTS realizados em 2021.
- c) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$0 (R\$16 em 2020) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão. No decorrer de 2021 a Empresa não teve processos avaliados como possível.

## 16 Patrimônio Líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Empresa é de R\$68.873, totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 6.887.297.425 quotas de valor nominal igual a 0,01.

### Reserva legal

Conforme estabelece o contrato social, a Empresa deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2020 a reserva legal foi compensada com os prejuízos acumulados no valor de R\$ 938.

## 17 Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com Operações de Assistência à Saúde:		
Contraprestações Líquidas/Prêmios retidos	120.991	100.892
Receita com taxa de administração	14.624	15.723
<b>Total</b>	<b>135.615</b>	<b>116.615</b>

### 18 Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos.

A cobertura assistencial com preço pós estabelecido referente aos planos coletivos empresariais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde	120.991	100.892

A Empresa em atendimento a RN nº 446 de 1º de novembro de 2019, conjuntamente com a escrituração contábil já aderida da RN nº 435/2018 de 23 de novembro de 2018, apresenta e segregação das despesas com eventos indenizáveis referente a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida:

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR	Carteira Própria		Corresponsabilidade Assumida	
	2021	2020	2021	2020
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido:				
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	37.348	34.464	83.644	66.428
<b>Total</b>	<b>37.348</b>	<b>34.464</b>	<b>83.644</b>	<b>66.428</b>

### 19 Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal (a)	6.786	8.447
Gastos com serviços de terceiros	6.296	7.412
Gastos com localização e funcionamento	1.148	1.661
Gastos com Processos Judiciais	209	892
Provisão/(Reversão) de Contingências Trabalhistas (b)	(2.738)	2.720
Outras despesas administrativas	12	3.113
<b>Total</b>	<b>11.713</b>	<b>24.245</b>

a) As despesas de benefícios a empregados, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Salários e ordenados	2.803	3.524
Despesa com encargos sociais	1.397	1.710
Despesa com indenização	647	681
Provisão de 13º salário e férias	646	560
Despesas com vale refeição	357	424
Despesa com transporte	16	136
Outras despesas com empregados	920	1.412
<b>Total</b>	<b>6.786</b>	<b>8.447</b>

b) Variações em 2021 estão descritas na nota explicativa nº 15 b.

## 20 Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.341	685
Outras receitas	192	289
Atualização de créditos tributários	99	1.088
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>1.632</b>	<b>2.062</b>
Despesas financeiras:		
Variação cambial	(509)	(385)
Outras despesas	(98)	(12)
Despesas Bancárias	(37)	(39)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(644)</b>	<b>(436)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>988</b>	<b>1.626</b>

## 21 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	Gama	
	Acumulado em 31/12/2021	Acumulado em 31/12/2020
Resultado Antes dos Impostos e Participações	6.422	(6.478)
Participações sobre o Lucro	(85)	(161)
Equivalência patrimonial	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.337</b>	<b>(6.639)</b>
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa (crédito) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(2.154)	2.257
Despesas não dedutíveis – outras	(128)	(121)
Constituição) /reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	1.365	451
Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário (i)	106	(2.587)
Ajuste de Anos Anteriores	576	-
Outros	-	52
<b>Total das despesas de IRPJ/CSLL</b>	<b>(235)</b>	<b>52</b>
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	3,71%	0,78%

(\*) Estes valores referem-se a prejuízos fiscais apurados em que não há perspectiva de realização.

## 22 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possui os seguintes compromissos relevantes:

- a)** Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de R\$406 para o exercício social de 2022 (não auditados).

As despesas incorridas com esse contrato no exercício social de 2021 foram de R\$ 447 (R\$ 495 em 2020).

- b)** Contrato de locação de seu escritório: compromisso já assumido para o exercício social de 2022 em R\$ 146 (não auditados), para o exercício social de 2023 em R\$ 117 (não auditados) e para os exercícios sociais após 2024 em R\$ 291 (não auditados).

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2021 foram de R\$ 175 (R\$ 482 em 2020).

## 23 Seguros

A Empresa mantém seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas, os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Itens	Tipo de cobertura	Importâncias segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a edificações, lucros cessantes decorrentes de incêndios, instalações, máquinas e equipamentos, responsabilidade civil, operações e empregador.	41.570
Garantia de processos administrativos	Garantia decorrente a processos administrativos – Órgão Público	86

## 24 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2021	2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	6.247	(6.639)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	311	450
Provisão (reversão) para riscos	(3.431)	2.425
	<b>3.127</b>	<b>(3.764)</b>
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Aumento (redução) de Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(4.456)	17.316
Aumento (redução) de despesas antecipadas	(1.433)	60
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	211	(234)
Aumento (redução) provisão para eventos/sinistros a liquidar	1.435	(7.038)
Aumento (redução) de bens e títulos a receber	(2.783)	1.092
Aumento (redução) títulos e depósitos judiciais e fiscais	(188)	308
Aumento de outros créditos a receber a longo prazo	(400)	-
(Aumento) Redução de débitos diversos	2.378	142
Redução de débitos com oper. assist saúde não rel. c/ planos saúde	-	(1.800)
Redução de créditos tributários e previdenciários	1.914	3.095
Aumento (Redução) de aplicações financeiras	(2.173)	15.065
<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) operações</b>	<b>(2.368)</b>	<b>24.242</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(389)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(2.757)</b>	<b>24.242</b>

## 25 Covid-19

Apesar desse momento de incertezas em relação ao Covid-19, os impactos percebidos foram no aumento da sinistralidade e por consequência no aumento da receita, tendo em vista que cobramos dos clientes os sinistros mais o fee referente à taxa de administração.

A carteira de clientes da Empresa é 100% empresarial, com uma certa concentração de receita, onde não há risco de inadimplência individual, uma vez que com atuação em autogestão no modelo de pós pagamento, o risco atuarial não existe para a carteira.

Dessa forma, como os clientes utilizaram mais seus planos de saúde nesse período de pandemia de Covid-19, as operações da Empresa foram impactadas positivamente ao longo de 2021. Destaca-se ainda que o modelo de pós pagamento não sofre reajuste anual porque o impacto é calculado com relação as renegociações das tabelas de prestadores; logo, a grande variação da receita foi em função da alta demanda pela utilização do plano de saúde, pois, não incorremos em impactos quanto a suspensão de reajuste determinado pela ANS em 21 de agosto de 2020, haja vista que tal medida foi válida para os contratos de planos privados de assistência à saúde médico-hospitalar na modalidade de pré-pagamento, ou seja, não houve afastamento de reajuste e nem impacto negativo em nossa Demonstração de Resultado.

Em relação aos impactos administrativos, as ações tomadas principalmente capitaneadas pelo Grupo Qualicorp no combate à Covid-19 em 2020 continuadas para 2021 estão relacionadas a medidas em prol da saúde dos colaboradores com a disponibilização de um canal de suporte médico para que em casos de dúvidas ou suspeita da doença os colaboradores entrem em contato imediatamente com a Equipe médica do Grupo Qualicorp, antes mesmo de procurar um hospital, entre outras iniciativas de comunicação interna afim de estimular medidas de prevenção contra a doença. Adicionalmente, a empresa também agiu de uma forma ágil para que todos pudessem trabalhar o quanto antes de suas casas no sistema home office, onde atualmente a Empresa ocupa apenas 1 andar e está previsto o retorno para o escritório 1 dia por semana no segundo trimestre de 2022 e 2 dias por semana no terceiro trimestre de 2022.

## 26 Eventos Subsequentes

### a) Redução de Capital:

Em 31 de agosto de 2021, foi efetuado alteração do Contrato Social 62º ACS devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 17.169/22-7 em sessão de 7 de janeiro de 2022, devido ao prazo legal para algum credor se manifestar ao contrário, através das quais, deliberou-se a redução do capital social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Sociedade, no valor de R\$ 15.000, mediante o cancelamento de 1.500.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, reduzindo, portanto, o capital social de R\$ 68.873 para R\$ 53.873.

Em decorrência de referida redução, a alteração do Capital Social, passando a ser detido pelas Sócias da seguinte forma: R\$ 53.873, dividido em 5.387.297.424 quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.; e R\$ 0,01, dividido em 01 quota, com valor nominal de R\$ 0,01 pela Qualicorp Administração e Serviços Ltda.

## 27 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 29 de março de 2022 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2021, quando aplicável.

**A DIRETORIA**

**E**

**Contador: Magnus Monteiro de Oliveira Junior - CRC. 1SP219254/O**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E7CD-A17A-4E7B-967D> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E7CD-A17A-4E7B-967D



### Hash do Documento

A66537C05B32D76F6F9C8A1B8F772932FC16001F657711851B7652848309133A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

- Magnus Monteiro De Oliveira Junior (Signatário - Gama Saúde Ltda.) - 251.\*\*\*.\*\*\*-08 em 30/03/2022 17:46 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

